



N.º 26

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas,
2 no Palácio de D. Manuel reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte
3 **Ordem do Dia:**

4 5 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

6 7 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 8 A) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.
9 B) Proposta de aprovação das Atas números 23, da sessão ordinária de 20 de
10 dezembro de 2024, e 24 da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2025.

11 12 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

13
14 **Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do**
15 **Regimento da AME, a Assembleia Municipal apresenta o seguinte ponto:**

- 16 1. Relatório do Grupo de Trabalho para acompanhamento de Évora 27 (Para
17 conhecimento);
18 2. Relatório Anual da CPCJ de Évora – 2024 (Para conhecimento).

19
20 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta**
21 **os seguintes pontos:**

- 22 3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
23 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);
24 4. Prestação de Contas 2024 (Proposta pendente da deliberação da reunião
25 extraordinária de Câmara de 22 de abril);
26 5. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025 |
27 Integração do Saldo de Gerência (Proposta pendente da deliberação da
28 reunião extraordinária de Câmara de 22 de abril);
29 6. Proposta de constituição de Júri para recrutamento de dirigente de cargo
30 de direção intermédia de 3º grau | Coordenador da Unidade de Higiene e
31 Limpeza Pública;
32 7. Relatório de Contas de 2024 da Habévora, EM (Para conhecimento).

33 34 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão cumprimentando o senhor
37 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
38 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.
39

- 1 Estiveram presentes os membros da Mesa:
2 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**
3 **1º Secretário – Luís Carlos Fialho Pardal** (em substituição de Ananias
4 Delfim Courelas Quintano)
5 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais
8 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
9 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
10 - Maria Clara Canotilho Grácio
11 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
12 - José Maria Rodrigues Figueira
13 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
14 - António João Tonaco Gavela
15 - Isidro José de Oliveira Lobo
16 - Bruno Manuel dos Santos Martins
17 - José Vitorino Piteira
18 - David Miguel Mirrado Lopes
19 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
20 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
21 - João Manuel Fialho de Sousa
22 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
23 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
24 - Bernarda Julieta da Noite Cota
25 - Mário Augusto Bragado Monginho (em substituição de Ananias Delfim Courelas
26 Quintano)
27 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
28 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
29 - Redolfo Constantino Pereira
30 - Henrique António de Oliveira Troncho (em substituição de Paula Cristina Nobre de
31 Deus)
32 - Maria João Marques de Sousa Candeias (em substituição de Natanael José Carvalho da
33 Vinha)
34 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
35 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
36 - Francisco Manuel Branco de Brito
37 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
38 - Luís Maria Nunes dos Santos
39 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
40 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
41
42 **Ausentes:**
43 - Joaquim António Filipe Pimpão
44
45 A Câmara Municipal fez-se representar por:
46 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
47 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim
48 - Lurdes Judite Dionísio Bravo Nico
49 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
50 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
51 - Patrícia José Correia Raposinho

1 **Ausente:**

2 - Alexandre Manuel Rosa Varela

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** começou por dar as boas-vindas ao senhor
5 Deputado Bruno Martins, desejando-lhe que a alegria não o deixasse e que a saúde nunca
6 lhe faltasse. Informou, de seguida, que houve alterações na Ordem do Dia, sendo que o
7 ponto 2, relativo à apresentação da proposta de revisão do Plano de Urbanização de Évora,
8 foi adiado devido à indisponibilidade da equipa projetista para estar presente na sessão e
9 que o ponto 5, referente ao Relatório da Discussão Pública e à Proposta Final da Alteração
10 ao Plano Diretor Municipal de Évora, processo n.º 1, foi retirado a pedido do senhor
11 Presidente da Câmara, uma vez que a proposta ainda não tinha sido objeto de deliberação
12 pela Câmara.

13 14 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se iniciava o período de
17 intervenção do público e questionou se alguém desejava intervir. Não havendo
18 intervenções, deu continuidade aos trabalhos dando início ao Período de Antes da Ordem
19 do Dia.

20 21 **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

22 23 **a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.**

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** expressou o seu agradecimento à senhora Dra.
26 Maria do Céu Ramos por ter aceite o convite para estar presente e esclarecer as questões
27 levantadas pelo relatório da comissão do grupo de trabalho “Évora 2027”, presidido pelo
28 senhor Deputado Gonçalo Costa.

29 Referiu que a senhora Dra. Maria do Céu Ramos é uma personalidade distinguida e
30 destacada do Município, tendo sido agraciada com a Medalha de Honra da Cidade de
31 Évora, e que sobre ela recaía, agora, uma grande responsabilidade. Sublinhou que o
32 processo “Évora 2027” teve e tem dois momentos distintos: um primeiro, relativo à
33 candidatura, cujo sucesso se deveu à comissária Paula Mota Garcia, a quem foi expressa
34 uma palavra de reconhecimento; e um segundo, correspondente à execução do programa
35 aprovado. Esta última etapa foi considerada uma tarefa exigente, mas o Presidente
36 manifestou a sua convicção de que a Dra. Maria do Céu Ramos a levaria a bom porto,
37 reiterando o desejo comum de que Évora saísse fortalecida deste processo.

38 Não tendo repetido as inquietações que já partilhara anteriormente, salientou, contudo,
39 que existiam algumas interrogações em torno do processo. Estas levaram a Assembleia
40 Municipal a constituir um grupo de trabalho, com representantes de todos os grupos
41 políticos, presidido pelo Deputado Gonçalo Costa, cujo relatório seria apresentado no
42 ponto seguinte da ordem de trabalhos. O referido relatório, segundo indicou, iria
43 certamente suscitar diversas questões, esperando-se, para as mesmas, o contributo
44 esclarecedor da Dra. Maria do Céu Ramos, enquanto Presidente da Associação Évora
45 2027.

46 Concluiu, reiterando os seus agradecimentos à Dra. Maria do Céu Ramos e à sua equipa
47 pela presença e colaboração no processo.

48 49 **b) Proposta de aprovação votação da Ata número 23, da sessão ordinária de 20 de** 50 **dezembro de 2024, e da Ata número 24, da sessão ordinária de 28 de fevereiro** 51 **de 2025.**

1 **Deliberação da Ata nº 23 de 20-12-2024:**

2 **Aprovada por unanimidade.**

3 Os Deputados Municipais Bruno Martins, David Lopes, João Sousa, Raquel Taboleiros,
4 Luís Santos, Diogo Vasconcelos, Mário Monginho, Henrique Troncho e Maria João
5 Candeias não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

6
7 **Deliberação da Ata nº 24 de 28-02-2025:**

8 **Aprovada por unanimidade.**

9 Os Deputados Municipais Luís Pardal, Luis Santos, Mário Monginho, Henrique Troncho,
10 Maria João Candeias, Isidro Lobo e Diogo Vasconcelos não votaram por não estarem
11 presentes na sessão a que ela respeita.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 2 Moções e 1 Voto de
14 Pesar e, seguindo a ordem que lhe foi apresentada, solicitou à bancada da CDU que
15 procedesse à apresentação da Moção A Defesa de uma verdadeira Estratégia de Gestão
16 da Água Pública.

17
18 **O Deputado José Figueira** procedeu à leitura da Moção A Defesa de uma verdadeira
19 Estratégia de Gestão da Água Pública, a qual se transcreve na íntegra:

20 *“1.O Governo, exonerado, e em período eleitoral lançou para a discussão pública, que*
21 *terminou no passado dia 25 de abril, o que denominou de “A Água Que Nos Une -*
22 *Estratégia Nacional para a Gestão da Água”. Facto que parece não ser a ocasião mais*
23 *oportuna para garantir um debate alargado sobre o tema e uma adequada participação;*
24 *2.A que acresce a escassez de informação disponibilizada (um sumário executivo e uma*
25 *apresentação em power-point) face a um problema de relevante importância para o País*
26 *e para a Região do Alentejo;*

27 *3.A pretensão de colocar em debate, neste período, uma questão tão importante, não se*
28 *compadece com a ausência de informação e muito menos com a ausência de um*
29 *enquadramento da problemática da gestão da água, no quadro das políticas gerais de*
30 *desenvolvimento para o País, nem se aborda qual o modelo de atuação preconizada;*

31 *4.O que se vislumbra de mais evidente desta pretensa estratégia, que não é cristalina, é*
32 *o reforço da utilização da água como instrumento ao favor da agricultura superintensiva,*
33 *o que quer dizer, a servir como meio de drenagem de recursos do setor público para o*
34 *setor privado de que o exemplo do Alqueva é já um comprovante inquestionável como*
35 *demonstra o estudo realizado pela EDIA. De braço dado com os baixos salários, a*
36 *precariedade e condições de trabalho e de vida inadequadas.*

37 *5.O que se descortina é a utilização de água como matéria-prima para a produção de*
38 *energia, a aposta em setores da economia que são simultaneamente energizo-os e*
39 *elevados consumidores de água como são os casos da produção de hidrogénio, das*
40 *fábricas de bateria e das centrais de dados.*

41 *A par deste breve enquadramento, e de forma sintética quanto às intenções, desta*
42 *pretensa estratégia de gestão da água, o que se pode identificar:*

43 *• Transparece a intenção da criação do “monopólio da água” ao afirmar-se que a sua*
44 *gestão não pode estar fragmentada;*

45 *• Verifica-se uma estratégia associada à fusão de regadios públicos e privados e o*
46 *desenvolvimento do agronegócio com o aprofundamento dos regadios e transvases entre*
47 *sistemas, tendo como pivot Alqueva;*

48 *• A emergência de novos modelos de gestão da água (será que estamos a falar de*
49 *Parcerias Público-Privadas) a partir do fornecimento de água para os projetos*
50 *industriais emergentes...;*

51 *• O aprofundamento do princípio do poluidor/pagador;*

- 1 • *A utilização da ameaça da seca extrema para abrir aso a medidas arbitrárias e*
2 *autoritárias do Governo, sem fundamentação técnica, sem transparência, sem processos*
3 *de avaliação de impactes ambientais, económicos ou sociais e sem fiscalização;*
4 • *Uma fortíssima carga sobre os sistemas de abastecimento público, prepotência sobre*
5 *as Câmaras e preparação para subidas brutais de tarifários e coimas às autarquias e aos*
6 *utentes; são um alvo muito evidente;*
7 • *Uma penalização crescente de todos os utilizadores da água exceto as enormes*
8 *empresas / enormes utilizadores;*
9 • *Esvaziamento dos deveres e atribuições do Estado, anulação da administração pública*
10 *e bem assim de órgãos coletivos (Conselhos de Região hidrográfica, por exemplo) dando*
11 *a concessionários privados e empresas de direito privado competências de gestão de*
12 *recursos hídricos...;*
13 • *Ausência de qualquer fundamento de gestão de recursos hídricos, de benefício social*
14 *ou ecológico;*
15 • *Não está suficientemente nítida a ideia de que a maior parte das perdas de água está*
16 *no setor agrícola, continuando a insistir-se que o problema central está no abastecimento*
17 *público às populações, utilizando o indicador de água não faturada que não é o mais*
18 *adequado para o efeito tendo em conta que a maioria das entidades gestoras são*
19 *municípios e que se deve descontar os autoconsumos e considerar como indicador as*
20 *perdas reais de água.*

21 *A Assembleia Municipal de Évora, considera:*

- 22 *a) Ser fundamental sensibilizar os cidadãos para a importância duma gestão adequada*
23 *deste recurso, é importante inverter a política que tem vindo a ser seguida, no*
24 *cumprimento da Constituição da Republica Portuguesa, em particular nos seus art.ºs 80.º*
25 *e 81.º;*
26 *b) Ser dever de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento da gestão pública da água*
27 *a reconstrução da Administração Pública de Água, permitindo-lhe cumprir cabalmente*
28 *as suas funções, nomeadamente: planeamento - integrado e continuo, a vários níveis e*
29 *escalas; licenciamento e autorização de usos de água e de domínio público hídrico; de*
30 *fiscalização; de conhecimento, investigação e inovação; de proteção das origens de água*
31 *e aquíferos;*
32 *c) Impedimento da mercantilização dos recursos hídricos e dos serviços de água e a*
33 *reversão dos processos existentes;*
34 *d) Defesa da soberania, do interesse nacional, exigindo nomeadamente uma partilha*
35 *equitativas das águas nas bacias internacionais;*
36 *e) Uma política de financiamento que promova a realização dos direitos à água,*
37 *combinando apoios/financiamento público com um sistema de preços orientado para o*
38 *serviço público e sem fins lucrativos;*

39 *Neste quadro, a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 29 de abril de 2025,*
40 *considera:*

- 41 *a) Ser necessário que o futuro Governo, a sair das eleições para a Assembleia da*
42 *República, do próximo dia 18 de maio, reveja “A Água Que Nos Une” e coloque à*
43 *discussão pública, durante um período devidamente adequado, uma verdadeira*
44 *estratégia de gestão da água pública, no cumprimento da CRP.”*
45

46 **O Deputado Francisco Figueira** começou por esclarecer que a Constituição da
47 República, no que respeita à gestão da água, foi cumprida não só pelo Governo em
48 funções, como por todos os Governos democráticos resultantes de eleições realizadas no
49 país nos últimos cinquenta anos. Considerou, por isso, que algumas das observações
50 realizadas pela CDU, aquando da apresentação e leitura da moção, careciam de
51 fundamento constitucional e, conseqüentemente, não faziam sentido, pelo que

1 acrescentou que a moção propunha que o Governo colocasse à discussão pública a
2 estratégia de gestão da água. Referiu, no entanto, que o Governo resultante das eleições
3 de 18 de maio poderia, de facto, submeter essa estratégia à discussão pública, mas que,
4 na realidade, essa discussão já se encontrava em curso. Sublinhou, ainda, que todos os
5 cidadãos dispunham dos mecanismos legais, institucionais e democráticos para se
6 pronunciarem, nos termos que entendessem adequados. Por fim, reiterou que era
7 conhecida a posição da AD, relativamente à gestão da água, bem como à gestão pública
8 e privada dos recursos hídricos. Salientou que essa divergência, face à visão da CDU, não
9 constituía novidade nem para a cidade, nem para a região de Évora, tendo anunciado o
10 voto contra a moção.

11
12 **O Deputado Henrique Troncho** declarou que estava inteiramente de acordo com o
13 ponto um da moção, considerando que, de facto, não era o momento oportuno para
14 colocar o assunto em discussão, uma vez que o Governo se encontrava em gestão.
15 Relativamente ao restante conteúdo da moção, referiu que continha um conjunto de
16 afirmações com as quais concordava, outras com as quais discordava, muitas que
17 considerava estarem por provar e algumas que lhe pareciam precipitadas, dado que ainda
18 não se conheciam, com rigor, as conclusões do grupo criado para estudar a questão.
19 Assim, entendeu que a posição mais correta seria a abstenção, posição que decidiu adotar.

20
21 **O Deputado Diogo Vasconcelos** referiu-se à questão da água, em particular no Alentejo,
22 sublinhando que o problema da escassez de água na região não era recente, mas sim um
23 reflexo de uma ausência prolongada de estratégia para a gestão hídrica, com décadas de
24 inação. Relembrou os senhores Deputados da Assembleia Municipal e o grupo da CDU
25 de que a situação da água no Alentejo era gravíssima e afetava tanto o abastecimento às
26 populações como a atividade agrícola e que, apesar de o ano em causa ter sido positivo
27 em termos de precipitação, essa situação não era recorrente e que, se nada fosse feito, nos
28 anos seguintes, a discussão voltaria a repetir-se, sem avanços concretos. Referiu que o
29 Governo apresentara uma estratégia para a água que, embora com defeitos e virtudes,
30 representava um avanço, mas que, na sua opinião, essa estratégia pecava por ser
31 insuficiente, ainda que reconhecesse que foi o possível no momento e alertou que, caso
32 se continuasse a recuar na discussão e na concretização das obras necessárias, o problema
33 persistiria, sobretudo no Alentejo, onde a carência era maior. Destacou, ainda, que a
34 culpabilização constante do projeto de Alqueva e da agricultura superintensiva já se
35 tornava repetitiva, apontando que, segundo estudos da EDIA, o empreendimento do
36 Alqueva tinha trazido enormes vantagens económicas à região, tendo já sido várias vezes
37 amortizado e contribuído significativamente para o desenvolvimento económico local.
38 Concluiu afirmando que o essencial era resolver o problema da água, discuti-lo com
39 seriedade e avançar, em vez de permanecer inativo à espera que, com a chuva, a questão
40 fosse novamente esquecida.

41
42 **O Deputado Paulo Ribeiro** recordou e reiterou, uma vez mais, a necessidade de que as
43 moções fossem entregues atempadamente, solicitando novamente a todas as bancadas que
44 mantivessem esse bom senso e essa boa prática que já existiu anteriormente, permitindo
45 que a chegada das moções ocorresse com a devida antecedência, possibilitando uma
46 melhor análise e apreciação por parte das diversas bancadas. Sobre o documento
47 apresentado, e com o momento democrático em que se encontravam, referiu que a
48 democracia tem, de facto, timings, e que, não sendo ainda conhecido o desfecho das
49 eleições previstas para maio, nem a vontade do povo, votar, desde já, um documento com
50 aquele teor poderia vincular prematuramente a Assembleia Municipal. Face ao exposto,
51 e considerando que, após a avaliação dos resultados eleitorais, o documento poderia ser

1 reapresentado se tal se revelasse necessário, informou que a sua bancada se absteria na
2 votação da moção.

3
4 **O Deputado José Figueira** esclareceu que nada do que foi dito pela bancada do PSD
5 constava na moção.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
8 submeteu a presente Moção, A Defesa de uma verdadeira Estratégia de Gestão da Água
9 Pública, a votação.

10
11 **Deliberação da Moção A Defesa de uma verdadeira Estratégia de Gestão da Água**
12 **Pública:**

13 **Aprovada por maioria**, com 8 votos a favor (7 da CDU e 1 do BE), 5 votos contra da
14 Coligação Mudar Com Confiança e 19 abstenções (13 do PS, 3 do MCE, 1 do MMPI, 1
15 do MICAZA e 1 do Chega), verificando-se 32 presenças.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
18 apresentação da Moção Viva o 25 de Abril.

19
20 **A deputada Elmina Lopes** procedeu à leitura da Moção Viva o 25 de Abril, a qual se
21 transcreve na íntegra:

22 *“25 de Abril de 1974 é a data mais importante da História do Portugal contemporâneo,*
23 *um dos mais altos momentos da vida e da História do povo português e de Portugal.*

24 *Não é nunca demasiado recordar o que representou de avanço civilizacional deste nosso*
25 *país, a explosão de liberdade que constituiu, a consagração de direitos políticos,*
26 *económicos e sociais.*

27 *Neste regime nascido nesse dia ficou consagrada a liberdade de pensamento e de*
28 *expressão, de organização e de luta.*

29 *No regime democrático nascido nesse dia, foi possível criar um salário mínimo e*
30 *aumentar significativamente os salários. Foi possível implementar um regime de*
31 *segurança social e de reformas, foi possível democratizar e massificar o ensino, foi*
32 *possível generalizar o direito à saúde.*

33 *Nestes 51 anos, apesar de ainda não termos franqueado muitas das “portas que abril*
34 *abriu”, que enorme crescimento e desenvolvimento foi possível para o povo português e*
35 *para Portugal!*

36 *Celebrar e valorizar Abril é nunca esquecer que o fascismo foi e será sempre a negação*
37 *de todas essas conquistas.*

38 *Uma das conquistas do Portugal de Abril, nunca é por demais recordar, é sem dúvida o*
39 *Poder Local democrático. A ação revolucionária e transformadora das populações*
40 *derrubou o aparelho fascista de administração local e substitui-o por órgãos de poder*
41 *provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, desenhou um poder*
42 *autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.*

43 *Comemorar Abril é ainda exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e*
44 *determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do*
45 *poder local com o nível regional.*

46 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 29 de abril de 2025, delibera:*

47 *1. Saudar o 51.º aniversário do 25 de Abril e todo o património de transformações*
48 *económicas, sociais, culturais e políticas que graças a ele se materializam;*

49 *2. Homenagear aqueles que há 50 anos tomaram nas suas mãos a condução das políticas*
50 *locais com total espírito de serviço público, tendo como fito o benefício das populações*
51 *e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;*

1 3. *Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização,*
2 *reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*
3 4. *Saudar os jovens, os trabalhadores e os reformados e pensionistas que vão de novo*
4 *concretizar um grande 1º de Maio – Dia do Trabalhador, contra o aumento do custo e*
5 *vida e contra a exploração que nos empobrece todos os dias.”*

6
7 **O Deputado Henrique Troncho** afirmou que subscrevia, a 100%, a moção apresentada
8 pela CDU.

9
10 **O Deputado Francisco Figueira** assinalou que a criação das regiões administrativas foi
11 chumbada pelas populações e que, caso venham a constituir-se, terão de ser sujeitas a um
12 novo referendo, em respeito pela vontade democrática expressa nas urnas no ano de 1998,
13 mas que, embora não redigissem a moção nos termos em que se encontrava, votariam a
14 favor.

15
16 **O Deputado João Sousa** informou que a bancada do Movimento Cuidar de Évora votaria
17 favoravelmente a moção, pela representação que o 25 de Abril teve para todos.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
20 submeteu a presente Moção, Viva o 25 de Abril, a votação.

21
22 **Deliberação da Moção Viva o 25 de Abril:**

23 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com
26 Confiança que procedesse à apresentação do Voto de Pesar Pela Morte do Papa Francisco.

27
28 **O Deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura do Voto de Pesar Pela Morte do Papa
29 Francisco, o qual se transcreve na íntegra:

30 *“No passado dia 21 de abril deixou-nos o Papa Francisco, depois de uma derradeira*
31 *aparição pública no Domingo de Páscoa, onde a sua fragilidade a todos comoveu.*

32 *Natural de Buenos Aires, para onde a sua família emigrou, foi sacerdote jesuíta e bispo,*
33 *tendo sido eleito Papa a 13 de março de 2013. Os seus doze anos de pontificado*
34 *representaram, para a Igreja e para o mundo, um decisivo apelo à fraternidade, à*
35 *misericórdia e à paz.*

36 *As encíclicas sociais e ecológicas que escreveu colocaram no centro do debate público*
37 *mundial conceitos como a “amizade social”, a “fraternidade universal” e a “ecologia*
38 *integral”. A todos convocou para uma reflexão crítica sobre a tecnologia, a relação com*
39 *o mundo criado e o sistema económico.*

40 *Valorizou as culturas vernáculas, em face da força uniformizadora da globalização.*
41 *Promoveu importantes projetos, como o Encontro Mundial dos Movimentos Populares,*
42 *as Scholas Ocurrentes e a Economia de Francisco (inspirada em São Francisco de Assis),*
43 *através dos quais procurou convidar a que se desbravassem novos caminhos de*
44 *convivência humana.*

45 *Apoiou, com palavras e gestos, os mais pobres de entre os pobres. Visitou prisões e*
46 *hospitais, campos de refugiados e bairros degradados. Em 2015, proclamou o Jubileu*
47 *Extraordinário da Misericórdia, não a partir de Roma, mas de Bangui, na República*
48 *Centro-Africana. Quatro anos depois, no Sudão do Sul, beijou os pés dos líderes de três*
49 *grupos armados, num gesto profético de defesa da paz.*

50 *Realizou 47 visitas apostólicas, a 67 países. Esteve em Ur, terra natal do patriarca*
51 *Abraão, de onde lançou um poderoso apelo ao diálogo com judeus e muçulmanos.*

1 *Assinou, com o Grande Imã de Al-Azhar, um relevante documento inter-religioso sobre*
2 *a fraternidade humana. Visitou todos os continentes habitados, dando preferência às*
3 *periferias e alargando o alcance da voz da Igreja.*

4 *Repetia com frequência que “não vivemos uma época de mudanças, mas uma mudança*
5 *de época” e alertava para a consumação de “uma guerra mundial em pedaços”.*
6 *Defendeu com coragem a dignidade de toda a vida humana, tendo sido responsável por*
7 *uma revisão do Catecismo da Igreja Católica que condenou a pena de morte em todas as*
8 *circunstâncias. Sustentava também que a política, “quando vivida como serviço, é a mais*
9 *alta forma de caridade”.*

10 *Todos recordamos o modo como atravessou, com solitária decisão, uma Praça de São*
11 *Pedro vazia, para declarar, no ponto mais dramático da pandemia de COVID-19, que*
12 *“ninguém se salva sozinho”.*

13 *Era, além de tudo o mais, um bom amigo de Portugal. Criou quatro cardeais portugueses*
14 *– um número histórico – e visitou por duas vezes o nosso país: em 2017, para o centenário*
15 *das Aparições de Fátima e a canonização dos Pastorinhos Francisco e Jacinta Marto, e*
16 *em 2023, para a Jornada Mundial da Juventude.*

17 *A Assembleia Municipal de Évora, manifesta profundo pesar pela morte do Papa*
18 *Francisco. Aos católicos, que choram a partida do seu pastor universal, endereça*
19 *votos de sentidas condolências. A todas as pessoas que, independentemente da sua*
20 *fé, nele encontraram uma referência espiritual e moral, dirige uma palavra de*
21 *solidariedade. O legado do Papa Francisco – como pastor e líder religioso, mas*
22 *também como estadista e responsável político – continuará revestido de*
23 *significado e atualidade, particularmente no contexto que o mundo atravessa.”*
24

25 **A deputada Elmina Lopes** afirmou o apoio da CDU a esta Moção, considerando que,
26 para a CDU, o Papa Francisco teve um pontificado notável no apelo à paz, na denúncia
27 da economia que mata e das injustiças sociais, que são valores com os quais a CDU
28 realmente comungou com o Papa. Destacou, em particular, o seu derradeiro apelo à paz,
29 que classificou como comovente e impactante e, por estas razões, informou o voto
30 favorável da CDU à moção.
31

32 **A deputada Paula Pita** referiu que o Papa Francisco foi um homem bom, no verdadeiro
33 sentido da palavra, reconhecido pela sua preocupação com os mais necessitados,
34 marginalizados e deslocados, que se destacou pelas suas ações em defesa dos que mais
35 precisavam, pelo que, durante muito tempo, foi conhecido como o Papa dos Pobres. O
36 Movimento Cuidar de Évora associou-se a esta homenagem e propôs um minuto de
37 silêncio pelo Papa.
38

39 **O Deputado Gonçalo Costa** afirmou que a bancada municipal do Partido Socialista se
40 associava e votava favoravelmente a Moção apresentada pela bancada da Coligação, por
41 considerar que, independentemente da religião praticada por cada um, o Papa Francisco
42 foi uma referência na vida de todos. Num mundo cada vez mais perigoso e obscuro, o
43 Papa constituiu um farol de luz, indicando o caminho que a humanidade deveria seguir.
44 Destacou que o seu trabalho e legado foram reconhecidos por tornarem a Igreja inclusiva,
45 pela promoção da paz e do consenso inter-religioso, bem como pelo combate às injustiças
46 sociais que proliferam no mundo e que essa obra e esse feito serão cada vez mais
47 valorizados e reconhecidos, ao longo do tempo, independentemente da prática religiosa
48 individual, motivo pelo qual o Partido Socialista vota favorável.
49

50 **O Deputado Bruno Martins** referiu que o Bloco de Esquerda se associava ao voto de
51 pesar, independentemente de serem católicos ou não e realçou o facto indesmentível de a

1 palavra de um Papa ter um alcance global, e o Papa Francisco decidiu tomar essa palavra
2 pela via humanista, o que deve ser reconhecido por todos no mundo. Num contexto
3 marcado por tanto discurso de ódio, esta visão humanista fez a diferença, destacando as
4 várias mensagens em defesa da população de Gaza, da paz, e os alertas para a necessidade
5 de um desarmamento global, algo especialmente relevante nos dias atuais, em que existe
6 uma nova corrida ao armamento, igualmente a defesa dos direitos das pessoas LGBTQ,
7 a crítica constante aos sistemas capitalistas, a reafirmação do compromisso com causas
8 progressistas, a defesa dos migrantes em diversos pontos do mundo e a defesa dos ateus
9 em oposição aos católicos hipócritas. Considerou, assim, que estas mensagens humanistas
10 deveriam constituir a pauta da ação política reiterando a sua associação pessoal e do Bloco
11 de Esquerda a este voto de pesar.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
14 intervenção, submeteu o presente Voto de Pesar a votação.

15
16 **Deliberação do Voto de Pesar Pela Morte do Papa Francisco:**

17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam fazer um minuto de silêncio
20 pela morte do Papa Francisco.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

23
24 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 25
26 **1. Relatório do Grupo de Trabalho para acompanhamento de Évora 27 (Para**
27 **conhecimento).**

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Deputado Gonçalo Costa.

30
31 **O Deputado Gonçalo Costa**, coordenador do Grupo de Trabalho, referiu que o relatório
32 apresentado constituiu um trabalho conjunto de todas as forças políticas representadas na
33 Assembleia Municipal e destacou como principal virtude desse relatório precisamente o
34 facto de ter sido elaborado em colaboração por todas essas forças políticas. Indicou, ainda,
35 os membros que integraram o grupo de trabalho, nomeadamente, o Deputado Francisco
36 Figueira, o Deputado João Sousa, o Deputado António Gavela, o Deputado Bruno
37 Martins e o Deputado Ricardo Cardoso.

38 Relembrou que o relatório teve como objetivo dar resposta a uma proposta apresentada
39 pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que identificara, por vezes, alguma falta de
40 informação e insuficiência, relativamente ao ponto de situação de um conjunto
41 substancial de iniciativas associadas a Évora 27.

42 O referido relatório **faz parte integrante da presente Ata.**

43
44 **O Deputado Gonçalo Costa** iniciou a apresentação do relatório referindo que seria
45 sucinto, dado que o documento já havia sido previamente distribuído aos senhores
46 Deputados Municipais e, presumivelmente, também aos membros da Associação Évora
47 27. Saudou e agradeceu a receção, a colaboração e os esclarecimentos prestados por esta
48 entidade, os quais permitiram a elaboração do relatório. Assinalou que o ponto de situação
49 apresentado se encontrava desatualizado, dado que resultou de uma interação realizada
50 em dezembro, dois meses após a tomada de posse da associação, momento em que esta
51 ainda não se encontrava plenamente constituída.

1 Referiu que a informação disponível à data da reunião de 19 de dezembro estaria
2 atualmente mais desenvolvida e agradeceu, em nome da Assembleia Municipal,
3 quaisquer contributos adicionais que pudessem ser fornecidos posteriormente. Explicou
4 que o relatório surgiu na sequência de uma proposta do Grupo Municipal do Partido
5 Socialista, que identificou uma insuficiência de informação sobre o ponto de situação das
6 iniciativas ligadas a Évora 27. Nesse contexto, foi criado um grupo de trabalho,
7 operacionalizado pelo Presidente da Assembleia Municipal, com a participação de um
8 representante de cada força política. O relatório foi organizado em quatro blocos.
9 O primeiro bloco apresentou o enquadramento da constituição do grupo de trabalho e
10 uma síntese do processo de designação de Évora como Capital Europeia da Cultura até à
11 tomada de posse da Associação Évora 27. O segundo bloco abordou o ponto de situação
12 das principais iniciativas previstas, tanto no Bid Book como ao nível das componentes
13 materiais. O terceiro bloco incluiu um conjunto de recomendações. O quarto destacou as
14 datas mais relevantes do processo: a designação de Évora a 7 de dezembro de 2022, o
15 protocolo de cooperação assinado com o Governo a 21 de junho de 2023, que previa um
16 apoio estatal de 34 milhões de euros e uma contrapartida da autarquia de 10 milhões, e a
17 tomada de posse da associação a 23 de outubro de 2024.
18 Foi referido que, na data do encontro, se verificava falta de informação sobre os
19 componentes materiais dos projetos, inexistência de sinopses detalhadas, cronogramas,
20 orçamentos, fontes de financiamento e identificação clara dos locais de realização dos
21 eventos. Tal ausência comprometia o planeamento logístico e operacional. Foi também
22 mencionada a escassez de recursos humanos na associação, então composta apenas pela
23 direção e um elemento de apoio, situação que, segundo informações mais recentes, já
24 teria melhorado.
25 Cerca de 70% da programação artística, prevista no Bid Book, encontrava-se já
26 estruturada, com 56 projetos delineados. Os restantes 30% estavam por definir, a aguardar
27 a visão do novo diretor artístico, cuja apresentação estava, à data, a cargo da Dra. Maria
28 do Céu Ramos.
29 O Deputado destacou que o relatório foi um trabalho conjunto de todas as forças políticas,
30 com assento na Assembleia Municipal, representadas pelos Deputados Francisco
31 Figueira, João Sousa, António Gavela, Bruno Martins (Bloco de Esquerda) e Ricardo
32 Cardoso. Sublinhou a importância de Évora 27 enquanto desígnio coletivo, que deveria
33 ultrapassar disputas partidárias, agregando esforços políticos e institucionais.
34 Foi identificada a necessidade de reforçar a articulação entre entidades com
35 responsabilidades no projeto, nomeadamente entre a associação e a Câmara Municipal,
36 bem como de reavaliar os orçamentos face à inflação e aos preços atuais de mercado. Um
37 dos principais pontos críticos assinalados foi o ponto de situação das infraestruturas, com
38 destaque para o Centro Cultural de Utilizações Múltiplas, cuja informação disponível era
39 escassa.
40 Por fim, o relatório apresentou recomendações, entre as quais: reforçar a articulação entre
41 a associação e a Câmara Municipal através de reuniões trimestrais; rever os orçamentos;
42 reforçar os recursos humanos; mapear geograficamente as iniciativas previstas; solicitar
43 à Câmara um ponto de situação detalhado das infraestruturas; aumentar a divulgação
44 pública da iniciativa; criar fichas de projeto com *checklist* para cada iniciativa; realizar
45 uma reunião com o Presidente da Câmara; e solicitar nova reunião com a direção da
46 associação até ao final do primeiro semestre. Propôs-se, ainda, o envio do relatório aos
47 Deputados Municipais e o agendamento de uma sessão extraordinária para análise e
48 debate do documento.
49 Informou que o relatório foi assinado por todos os membros do grupo de trabalho.
50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Dra. Maria do Céu Ramos,
2 Presidente da Associação Évora 2027, que prestasse os esclarecimentos que considerasse
3 pertinentes sobre a atual situação.
4

5 **A Dra. Maria do Céu Ramos** iniciou a sua intervenção com a apresentação da equipa
6 da Associação, composta por Manuel Veiga, diretor executivo nomeado pela Assembleia
7 da Associação Évora 2027, na sequência de um concurso internacional e por decisão
8 unânime do júri; António Costa da Silva, diretor financeiro nomeado pela Assembleia da
9 Associação Évora 2027, após votação realizada para esse efeito; Bruno Fraga Braz,
10 diretor de comunicação e alcance, eleito para a direção da Associação pela Assembleia
11 da Associação Évora 2027; e John Romão, igualmente escolhido por unanimidade pelo
12 júri do concurso internacional, conforme previsto nos estatutos e no regulamento, tendo
13 tomado posse em conjunto com Manuel Veiga no passado dia 22.

14 Agradeceu a apresentação efetuada pelo senhor Deputado Gonçalo Costa, reconhecendo
15 que o relatório apresentado se encontrava datado, pelo que era seu dever proceder à
16 atualização da informação, dando conta do que ocorreu entre 19 de dezembro e a data
17 presente, traçando um retrato mais atual da Évora 2027, da Associação e do projeto da
18 Capital Europeia da Cultura.
19

20 **A Dra. Maria do Céu Ramos** leu uma intervenção sobre o ponto de situação de Évora
21 Capital Europeia da Cultura bem como da Associação Évora 2027, a qual se transcreve
22 na íntegra.

23 *“Deste período que passou de 23 de outubro de 2024 quando tomei posse no Palácio de
24 D. Manuel até agora aconteceram dois ciclos na vida da Associação.*

25 *O primeiro pilar foi de instalação administrativa e arranque do projeto e a tomada de
26 posse dos novos membros da direção há oito dias atrás entramos posso afirmá-lo com
27 tranquilidade numa etapa de pleno desenvolvimento da Capital Europeia da Cultura
28 2027 na primeira etapa nos 5 meses que nos trouxeram até aqui, construímos os pilares
29 principais daquilo que há de ser Évora 2027 e desses pilares eu gostava de destacar os
30 seguintes: o primeiro é a estrutura de governança da própria Associação criada pelo
31 Decreto Lei 124/2023 de 27 de dezembro, com a missão de planejar promover desenvolver
32 e executar a Capital Europeia da Cultura Évora 2027 uma associação de direito privado
33 mas num modelo colaborativo entre o setor público e o setor privado e que conta entre
34 os seus membros com a Câmara Municipal, o Governo da República representado pelo
35 Ministério da Cultura, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do
36 Alentejo, a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a Entidade Regional de
37 Turismo do Alentejo e Ribatejo, a Universidade de Évora, a Fundação Eugénio de
38 Almeida e a Agência Regional da Promoção Turística do Alentejo, uma governança que
39 valoriza a articulação entre as políticas públicas e o território, aposta na cooperação
40 interinstitucional, fomenta a participação de atores privados em estruturas intermédias
41 vocacionadas para a solução de problemas e para a liderança dos desígnios da
42 comunidade, uma arquitetura que no passado dia 27 de março foi consolidada com a
43 atribuição do estatuto de utilidade pública à Associação, que lhe aponta um futuro
44 auspicioso, uma associação cujos estatutos elegeram também o concurso internacional
45 como instrumento de garantia de um processo aberto para a escolha de parte dos seus
46 membros executivos, uma associação que é independente, suprapartidária e que serve o
47 desígnio coletivo de construir um projeto mobilizador para a Cidade e para a Região.*

48 *A consolidação da governança de Évora 27 acontece também naturalmente e, como não
49 podia deixar de ser, com a integração dos novos diretores cujo elevado perfil profissional
50 de reconhecido mérito e competência nos dão confiança de um excelente desempenho
51 para o futuro.*

1 *O segundo pilar que construímos foi o pilar financeiro sem o qual o livro de candidatura*
2 *seria apenas uma ambiciosa aspiração coletiva com uma componente de 27 milhões de*
3 *euros para equipamentos e outra na ordem de 49 milhões de euros para o programa de*
4 *atividades culturais e artísticas não estavam, nem uma nem outra, asseguradas até ao*
5 *início de 2025 e a direção da Associação fez o que tinha que ser feito dialogou com o*
6 *governo para conseguir a inclusão dos equipamentos previstos no livro de candidatura*
7 *na reprogramação do PRR o que acaba de ser confirmado pela decisão da União*
8 *Europeia do passado dia 11 de abril que dotou a Capital Europeia da Cultura com 26*
9 *milhões de euros para obras a realizar até final de agosto de 2026, é muito breve este*
10 *prazo é árduo o caminho até à conclusão das obras mas a Associação Évora 2027 não*
11 *deixará de trilhar este caminho em conjunto com a Câmara Municipal com a Entidade*
12 *Regional de Turismo, com o Património Cultural e Instituto Público e o Instituto de*
13 *Gestão Financeira da Segurança Social, entidades proprietárias dos edifícios que vão*
14 *ser reabilitados e que são entidades beneficiárias do PRR para que no final de agosto do*
15 *ano que vem Évora Capital Europeia da Cultura já tenha valido a pena pela regeneração*
16 *urbana de parte do património desta Cidade Património da Humanidade.*
17 *No que respeita ao financiamento do programa artístico e cultural de Évora 27 o diálogo*
18 *com o Governo e o Município de Évora. intervenientes no protocolo de financiamento*
19 *assinado em 21 de junho de 2023. permitiu já programar 29 dos 34 milhões de euros a*
20 *financiar pelo Governo havendo já nos cofres da Associação cerca de 2 milhões de euros*
21 *decorrentes do pagamento feito pelo Ministério da Cultura de acordo com a*
22 *programação que consta de uma resolução do Conselho de Ministros aprovada, e que é*
23 *pública e*
24 *Publicada, e estão em curso e bem encaminhadas as diligências junto da Autoridade de*
25 *Gestão do Programa Alentejo 2030 para assegurar os restantes 5 milhões de euros que*
26 *estão previstos nesse protocolo de financiamento como parte da comparticipação do*
27 *Ministério da Coesão Territorial. O diálogo com a Câmara Municipal de Évora que veio*
28 *a revelar a intenção do Município realizar parcialmente em espécie o seu compromisso*
29 *financeiro de 10 milhões de euros é um diálogo no qual continuaremos a investir de boa*
30 *fé e em cooperação para assegurar os meios financeiros indispensáveis aos*
31 *compromissos com entidades terceiras, artísticas, culturais, educativas, sociais e com a*
32 *confiança de que será possível encontrar soluções viáveis.*
33 *Por último, a sólida parceria institucional que temos vindo a desenvolver com a*
34 *Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central que tinha assumido o compromisso*
35 *extra protocolar de assegurar um financiamento de 5 milhões de euros e promoveremos*
36 *em conjunto os mecanismos para assegurar este financiamento.*
37 *O terceiro pilar que estabelecemos nestes meses a foi estabelecida em torno do programa*
38 *artístico e está assente no diálogo aberto e sistemático com os líderes dos projetos*
39 *previstos no livro de candidatura foi um diálogo informativo e clarificador com lugar ao*
40 *questionamento e à exploração de possibilidades do qual resultou o compromisso da*
41 *larguíssima maioria de líderes do projeto, artistas, curadores, instituições, de avançar*
42 *com*
43 *vontade firme e entusiasmo começa assim a densificar-se o tecido artístico e cultural do*
44 *programa começam a ganhar forma as parcerias internacionais que asseguram a sua*
45 *dimensão europeia começa a concretizar-se a organização dos meios e recursos que lhe*
46 *darão corpo da essência do vagar que marca a nossa identidade à diversidade cultural*
47 *de uma Europa a 27 da forma pura de algumas linguagens artísticas aos cruzamentos*
48 *multidisciplinares da dimensão celebrativa à consistência do legado o programa da*
49 *capital europeia da cultura Évora 2027 ganhará força sentido e alcance nesta nova etapa*
50 *contando já com o inestimável contributo de uma direção completa.*

1 *O último pilar que lançamos e que até ao final do mês de maio ganhará a forma mais*
2 *visível é a constituição da equipa de trabalho que até janeiro de 25 foi basicamente*
3 *constituída pelos três membros da direção em funções e mais uma pessoa, uma equipa*
4 *que será constituída a por pessoas motivadas com competências técnicas especializadas*
5 *orientadas para resultados e sensíveis à importância dos processos que estamos a*
6 *desenvolver numa dinâmica de relação permanente com a comunidade com o território*
7 *e com instâncias europeias de diferente natureza cabe aqui uma palavra de*
8 *agradecimento*

9 *às instituições que ao obrigo da lei que criou a associação aprovaram a cedência de*
10 *alguns dos seus quadros em regime de cedência de interesse público para colaborarem*
11 *com a associação, são eles a CCDRA e fora do âmbito da Associação Évora 2027, o*
12 *Ministério da Justiça, o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Lisboa, estes*
13 *são os quatro pilares e sobre os quais ao longo destes meses viemos a trabalhar para*
14 *atualizar o estado do projeto, o seu potencial a entregar à comunidade.*

15 *Sobre estes quatro pilares vamos edificar sólida uma Capital Europeia da Cultura em*
16 *2027 e vamos fazê-lo a partir do que é hoje a sede operacional da Associação no*
17 *Mosteiro de São Bento de Castris que nos foi cedido pelo Instituto Público Património*
18 *Cultural e São Bento de Castris será o nosso local de trabalho, já é desde o passado dia*
19 *14 deste mês, e São Bento de Castris será ao mesmo tempo o estaleiro de uma obra que*
20 *reabilitará metade do edificado para a instalar a futura Orquestra Regional do Alentejo*
21 *que a Senhora Ministra da Cultura anunciou em Évora no passado dia 22.*

22 *Confiamos que em cima destes alicerces vamos construir de facto uma Capital Europeia*
23 *da Cultura mobilizadora da comunidade não apenas do setor artístico e cultural, mas de*
24 *toda a sociedade e evocando o Papa Francisco a Capital Europeia da Cultura também é*
25 *de todos, todos, todos.”*

26
27 **O Presidente da Câmara** começou por afirmar que, como era compreensível, gostaria
28 de responder e até aprofundar um conjunto de temas que haviam sido colocados, dada a
29 sua importância e a necessidade de esclarecimento. No entanto, recordou que tanto a
30 Câmara como os membros da assembleia tinham tempo limitado, pelo que pediu ao
31 senhor Presidente que pudesse auxiliar na gestão do tempo disponível. Indicou que não
32 abordaria todos os temas, mas apenas os essenciais, começando pela questão do
33 financiamento municipal no âmbito da candidatura.

34 Referiu que foram elaborados dois Bid Books. O primeiro, na fase inicial da candidatura,
35 quando Évora concorria com mais 11 cidades, apresentava um orçamento com a
36 responsabilidade do Município fixada em 5 milhões de euros. No segundo Bid Book, esse
37 valor passou para 10 milhões de euros e mais alguns complementos. Esta alteração deveu-
38 se ao entendimento de que era vontade do júri internacional que os municípios
39 apresentassem maior esforço financeiro. Essa questão foi discutida com o Governo de
40 Portugal anterior, nomeadamente em reuniões com o Ministro da Cultura e a Ministra da
41 Coesão. Numa reunião determinante, com a presença dos Presidentes das Câmaras de
42 Évora, Braga e Aveiro, bem como de outras entidades, o Governo decidiu criar uma ITI
43 (Instrumento Territorial Integrado) que permitisse financiar Évora, Braga e Aveiro. Ponta
44 Delgada ficou de fora por estar adstrita à região autónoma. Por motivos não esclarecidos,
45 Faro foi, também, incluída nesta ITI.

46 O acordo estabelecido previa que a Câmara de Évora receberia cerca de 6 milhões de
47 euros. Apesar do alerta do Município de que o regulamento da ITI previa um máximo de
48 5 milhões de euros, foi-lhes assegurado pela Ministra que tal não seria um impedimento
49 e que o financiamento total seria viabilizado. Assim, a candidatura foi apresentada com
50 esse valor. Contudo, a aprovação final traduziu-se num financiamento de apenas 1,3

1 milhões de euros, dos quais 1 milhão teria obrigatoriamente de ser destinado a
2 investimento material (edificado) e apenas 300 mil euros a apoio imaterial.
3 Foi colocada à CCDR a possibilidade de converter o valor material em imaterial para
4 permitir a transferência integral da verba para a associação, mas, após alguma abertura
5 inicial, foi comunicado que tal não seria possível. O compromisso assumido de transferir
6 à associação o total da verba obtida não se concretizou. Ainda assim, as câmaras de Braga
7 e Aveiro receberam 1 milhão de euros, e Faro terá igualmente recebido um valor
8 semelhante.

9 O Presidente da Câmara salientou que esta diferença de valores justificava a passagem
10 dos 5 para os 10 milhões de euros, no segundo Bid Book. Sublinhou que não se poderia
11 atribuir responsabilidade ao Município, dado que todo o processo decorreu em diálogo
12 com o Governo e com a presença de várias entidades, sendo tudo documentado e
13 registado.

14 Relativamente ao financiamento dos projetos, incluídos no Bid Book, referiu que os
15 orçamentos apresentados correspondiam aos custos integrais de cada projeto, incluindo
16 espaços e equipas técnicas. A Câmara assumira que apoiaria logisticamente esses projetos
17 à medida que fossem sendo executados, o que justificava a menção a “apoio em espécie”.
18 A direção da associação discordava, considerando que o apoio deveria ser financeiro, mas
19 a Câmara mantinha a sua interpretação inicial, estando, ainda assim, disponível para
20 reavaliar essa posição.

21 O Presidente referiu, também, que deveria ter sido criado, no PR Alentejo 2030, um
22 programa específico para a Capital Europeia da Cultura, o que não aconteceu. Esta era
23 uma recomendação que havia sido discutida com o Governo e que permitiria uma resposta
24 específica às exigências do projeto. O objetivo era garantir que, fosse qual fosse a cidade
25 vencedora, existia um programa regional de apoio claro e dedicado, algo que não se
26 verificou.

27 Recordou que, na fase da candidatura, todas as cidades colocaram o mesmo valor de
28 comparticipação do Estado, conforme compromisso estabelecido entre elas e o Governo,
29 precisamente para garantir equidade. Alertou que o júri internacional havia questionado
30 como poderiam as cidades garantir o financiamento europeu necessário sem haver, à data,
31 regulamentos específicos dos fundos, o que justificava a necessidade de programas
32 dedicados.

33 Quanto à infraestrutura multiusos, o Presidente explicou que, apesar de haver uma
34 estimativa inicial de 12 milhões de euros, ainda não fora encontrado financiamento para
35 o projeto. Optou-se pelo lançamento de um concurso de conceção-construção, legalmente
36 admissível em determinadas circunstâncias, como era o caso da Capital Europeia da
37 Cultura. Para isso, foi contratado um projeto de pré-requisitos, elaborado por uma
38 empresa com experiência nacional e internacional, que permitirá lançar o concurso assim
39 que houver financiamento disponível.

40 O Salão Central Eborense foi apontado como um projeto concluído e já em
41 funcionamento desde setembro, com uma equipa técnica dedicada, e com um
42 investimento global de 3 milhões de euros. O novo estádio do Juventude, em construção
43 na Horta das Figueiras, foi também referido, sendo uma das poucas obras de raiz
44 previstas, uma vez que a maioria dos projetos são de reabilitação. Algumas dessas
45 reabilitações, como o troço do Aqueduto da Água de Prata, não conseguiram
46 financiamento apesar de estarem prontas para execução. A Câmara espera, ainda assim,
47 que haja flexibilidade para transferir verbas entre projetos, permitindo o seu
48 aproveitamento integral.

49 Destacou que, dos 26 milhões de euros de financiamento PRR para a Cultura em Évora,
50 cerca de 15 a 16 milhões estavam destinados a São Bento de Castris e ao Convento Novo.

1 O Museu da Entidade Regional de Turismo dispunha de 1,3 milhões, sendo o restante
2 valor gerido pelo Município.

3 Concluiu referindo que o papel da Câmara, para além da relação com a Associação da
4 Capital Europeia da Cultura, passava também pelo trabalho com as comunidades
5 intermunicipais e com as freguesias, bem como pelo apoio aos agentes culturais e
6 criadores que venham a apresentar novos projetos através das *calls*. Reafirmou o empenho
7 do Município em garantir a execução do Bid Book e a viabilização dos novos projetos,
8 através do diálogo com todos os parceiros envolvidos, com transparência e frontalidade.
9

10 **Os Deputados** de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, sobre
11 as matérias apresentadas no Relatório do grupo de trabalho para acompanhamento de
12 Évora 2027 intervieram colocando dúvidas e questões, as quais foram prontamente
13 respondidas pela Dra. Maria do Céu Ramos e pelo Presidente da Câmara.
14

15 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Dra. Maria do Céu Ramos,
16 Presidente da Associação Évora 2027, tendo referido que a sessão foi extraordinariamente
17 clarificadora, embora tenha suscitado também muitas outras dúvidas, ficando assim
18 matéria para futuros encontros. Saudou a sua capacidade de clarificação e frontalidade,
19 afirmando nunca ter duvidado da sua aptidão para levar esta carta a Garcia. Manifestou a
20 sua confiança na sua capacidade, louvando a coragem demonstrada ao enfrentar um
21 projeto tão difícil, e expressou o desejo sincero de que se conseguisse festejar 2027 da
22 forma mais honrosa para a cidade de Évora.
23

24 2. Relatório Anual da CPCJ de Évora – 2024.

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que, por diversas questões, o
27 presente ponto era adiado.
28

29 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 3.
30

31 3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem 32 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento). 33

34 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
35

36 **O Presidente da Câmara**, para além do relatório extenso e bem documentado que
37 acompanhou esta informação e que foi distribuído, deixou algumas notas e destaques
38 adicionais.

39 Em primeiro lugar, referiu que, em nome da Câmara Municipal, foi emitido um
40 comunicado com voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, aquando do
41 conhecimento da sua partida.

42 Destacou, ainda, a celebração do 51.º aniversário do 25 de Abril, que contou com uma
43 participação popular significativa, tanto no dia 24, com o concerto de Paulo de Carvalho,
44 como no dia 25, com o concerto “Vozes de Abril” acompanhado pela Orquestra do
45 Alentejo, não obstante as baixas temperaturas registadas. O programa revelou-se bastante
46 diversificado, abrangendo também a área do desporto e outros eventos promovidos, quer
47 pela Câmara Municipal quer por associações e instituições locais.

48 Foi igualmente referido o contacto da vogal da Administração Regional de Saúde (ARS),
49 à data a única em funções, a informar que estariam reunidas as condições para aprovar a
50 alteração ao protocolo em vigor com a Câmara Municipal, no âmbito do financiamento
51 das obras de construção do acesso e da rede de abastecimento de água e saneamento ao

1 novo hospital. O Governo optou, também, por solicitar à Câmara apoio na alteração da
2 linha de média tensão que atravessa o terreno em questão, assumindo o próprio Governo
3 a responsabilidade pelo fornecimento de energia à nova unidade hospitalar, como
4 naturalmente lhe competia. Informou-se, ainda, que a direção da obra, até então sob a
5 responsabilidade da Administração Geral de Saúde, iria transitar para a Administração
6 Central do Sistema de Saúde, na sequência da anunciada extinção das ARS.

7 Foi deixada, igualmente, uma nota sobre o início das intervenções na rede viária,
8 aproveitando-se uma aberta no tempo. Essas intervenções, realizadas tanto por
9 empreitadas como por administração direta, visaram a reparação e manutenção de vias
10 degradadas. Apesar de ainda não se ter conseguido abranger todo o território, foi
11 concedida prioridade às vias com maior tráfego, sem descuidar as restantes, igualmente
12 necessitadas de intervenção.

13 O Presidente da Câmara referiu, também, que ocorreu uma reunião com a Direção-Geral
14 das Autarquias Locais, que validou os cálculos da Câmara relativamente à transferência
15 de competências na área da educação. Foi sugerido, e já previamente equacionado pela
16 autarquia, que os montantes correspondentes fossem canalizados para o Fundo de
17 Compensação.

18 Foi ainda assinalado o avanço da obra de reabilitação de 64 fogos no Bairro General
19 Humberto Delgado, no âmbito do Plano Local de Habitação, da responsabilidade da
20 Habévora, num investimento na ordem dos 25 milhões de euros.

21 No que respeita à rede de água e saneamento, foi mencionado um conjunto de
22 intervenções em curso, não tendo sido enumeradas, por questões de tempo.

23 Noutro contexto, o Presidente salientou dois aniversários relevantes: os 220 anos da
24 Biblioteca Pública de Évora, data significativa pelo trabalho que a instituição tem
25 desenvolvido; e os 60 anos da Pousada dos Loios, uma das primeiras estruturas deste tipo
26 em Portugal, cuja aposta no turismo tem contribuído, de forma importante, para o
27 desenvolvimento do setor na cidade.

28 Foi igualmente referida a conclusão, mais uma vez em Évora, da 42.^a Volta ao Alentejo
29 em bicicleta.

30 De forma mais breve, o Presidente informou que decorrera (ou teria terminado no dia
31 anterior) a iniciativa “Bandas à Rua”, que percorreu várias freguesias do Concelho e que
32 tem sido promovida nos últimos anos.

33 Destacou, ainda, o debate sobre as centrais fotovoltaicas no Alentejo, promovido pela
34 plataforma cívica “Juntos pelo Divor”, que, segundo considerou, contribuiu
35 significativamente para o esclarecimento público sobre o tema.

36 Assinalou a inauguração, no dia 9 de abril, da Unidade Local de Investigação Criminal
37 da Polícia Judiciária em Évora, a qual correspondeu também a um reforço dos meios desta
38 força policial na cidade.

39 Por fim, deixou duas últimas notas: a inauguração da Unidade de Cuidados Continuados
40 da Santa Casa da Misericórdia de Évora, uma área carenciada e de grande relevância para
41 o Concelho e o encontro com o Embaixador da Moldávia, em Portugal, que incluiu a
42 apresentação de cumprimentos e a troca de algumas impressões, tendo o respetivo
43 documento ficado disponível.

44
45 **O Deputado Francisco Brito** colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara
46 Municipal, nomeadamente em relação ao talude junto à Porta da Traição, entre a Igreja
47 do Espírito Santo e a Fundação Eugénio de Almeida, no Pátio de São Miguel, que há
48 vários anos se encontrava no local uma grade metálica, aparentemente colocada para
49 proteção contra uma eventual derrocada, no entanto, a forma como essa estrutura estava
50 posicionada desqualificava o espaço, que possui valor patrimonial, e que, mesmo em caso
51 de derrocada, tal proteção não seria eficaz para quem por ali circulasse. Indicou já ter

1 realizado intervenções junto dos serviços, desde o início do mandato, relativamente a esta
2 questão, sem nunca ter obtido qualquer tipo de resposta. Mencionou, ainda, que já havia
3 levantado a questão numa outra reunião, mas que, na altura, o senhor Presidente teria
4 interpretado a intervenção como sendo relativa a uma obra mais à frente, onde ocorreu
5 uma derrocada de um muro, situação essa distinta daquela que agora reiterava e
6 questionou, por isso, se esta situação concreta do talude seria alvo de intervenção,
7 frisando que não se referia à questão do muro, cujo enquadramento já era do
8 conhecimento de todos.

9 Perguntou, ainda, qual era o ponto de situação relativamente à intervenção nas arcadas.

10 Prosseguindo, deixou também um alerta, tendo em conta o aumento expectável de grupos
11 de turistas no Centro Histórico, muitos dos quais se deslocavam em autocarros e chamou
12 a atenção para o facto de não haver proibição visível de acesso à Rua da República para
13 viaturas pesadas, nomeadamente autocarros. dando, como exemplo, que no último
14 domingo um autocarro de dois pisos estacionara junto ao mercado municipal, o que
15 constituía uma situação irregular. Sublinhou a necessidade de existir uma sinalização
16 clara no local, que informe os motoristas, independentemente da sua proveniência, que
17 não é permitido o acesso ao Centro Histórico, de modo a evitar os constrangimentos daí
18 decorrentes.

19 Questionou, também, a situação do estacionamento atrás do Teatro Garcia de Resende,
20 que fora uma intervenção realizada no mandato anterior, mas que atualmente o espaço se
21 encontrava dividido, com uma parte destinada a residentes e outra a estacionamento pago
22 por parquímetro e tinha a perceção de que o projeto, aquando do financiamento, não seria
23 gerador de receita. Assim, questionou se efetivamente era permitido proceder à cobrança
24 naquele local ou se o financiamento não previa essa possibilidade.

25 Por fim, deixou um alerta relativamente à repavimentação após intervenções, salientando que,
26 apesar de existirem muitos constrangimentos, nomeadamente roturas de água e algumas
27 relacionadas com o saneamento, não apenas no Centro Histórico, mas referindo-se concretamente
28 a este, em que as repavimentações nem sempre ocorriam como devido, referindo os casos da Rua
29 da Corredora e da Travessa da Baldaia, esta última uma situação crónica reportada pela Junta de
30 Freguesia logo no início do mandato, referindo que ali ocorreram vários abatimentos, seguidos
31 de correções, e, mais recentemente, uma intervenção de maior dimensão. Chamou a atenção para
32 o facto de que a falta de pavimentação criava constrangimentos, nomeadamente com o pó de
33 pedra que, com a chuva, era arrastado pela gravidade até às sarjetas do Largo de Avis, provocando
34 assim novos constrangimentos e solicitou, por isso, uma intervenção nesse sentido.

35
36 **O Deputado David Lopes** referiu que pretendia retomar um tema que havia trazido na última
37 Assembleia, relacionado com a Estrada Nacional 2541, no troço que atravessa a localidade de
38 Azaruja. Informou que, no dia 23 de abril, na semana anterior, foi recebida uma nova
39 comunicação da Infraestruturas de Portugal, dirigida à Câmara Municipal de Évora, relativa aos
40 trabalhos que aquela entidade se propunha executar nesse troço e questionou sobre a veracidade
41 da receção dessa comunicação, uma vez que, segundo a IP, no referido e-mail constava que
42 aguardava a validação do Município, para poder prosseguir com o envio da minuta do acordo de
43 mutação dominial. Solicitou, por isso, esclarecimentos ao senhor Presidente sobre se teve, de
44 facto, conhecimento da receção dessa informação, de que forma foi comunicada e quais os passos
45 a seguir.

46
47 **O Deputado José Vitorino Piteira** colocou apenas três questões. A primeira prendeu-se
48 com a interdição da Barragem do Monte Novo, cuja passagem se encontrava encerrada
49 há já algum tempo, tendo questionado qual era o ponto de situação. A segunda questão
50 referiu-se à construção dos Centros de Saúde nas Freguesias, perguntando se tudo
51 permanecia na mesma, se o projeto se encontrava concluído e pronto para ser lançado a

1 concurso. Por fim, abordou a situação das antigas passagens de caminho de ferro,
2 atualmente sob a responsabilidade da IP, Infraestruturas de Portugal, informando que já
3 tinha efetuado várias notificações à Câmara, em virtude de vários acidentes,
4 nomeadamente na passagem próxima do hotel, onde existiam buracos com cerca de
5 quatro ou cinco metros. Considerou tratar-se de uma zona abandonada, que não parecia
6 ser da responsabilidade nem da CIMAC nem da Câmara, e afirmou que ninguém
7 respondia ou prestava esclarecimentos, classificando a situação como um autêntico
8 desleixo.

9
10 **A deputada Florinda Russo** referiu que desejava retomar a discussão de temas que
11 permaneciam por resolver, nomeadamente o início da obra de requalificação da rede de
12 águas que, apesar de ter havido uma reunião que indicava avanços nesse sentido, na
13 prática, apenas se encontrava instalada uma rede que impedia o acesso das pessoas aos
14 seus quintais, sem que houvesse qualquer início efetivo da obra ou conclusão do estaleiro,
15 considerando tratar-se de uma medida meramente simbólica e sem resultados concretos.
16 Lamentou, ainda, o estado das ruas, que apresentavam buracos em tal número que,
17 brevemente, poderiam comprometer por completo a circulação e também a situação da
18 estrada de acesso entre a Vendinha e Montoito, classificando-a como uma calamidade.
19 A deputada expressou frustração pelo facto de, a três meses do fim do mandato, nada do
20 que havia solicitado ter sido concretizado ou, pelo menos, iniciado. Por fim, reiterou o
21 apelo ao cumprimento do pagamento do valor destinado ao projeto do Centro Infantil de
22 São Manços, com o objetivo de honrar os compromissos assumidos.

23
24 **O Deputado Luís Pardal**, relativamente aos atrasos nos pagamentos aos clubes, no
25 âmbito dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo da Câmara Municipal,
26 referiu que teve oportunidade de contactar diretamente vários clubes, nomeadamente o
27 Sport Lisboa e Évora, o Grupo Desportivo e Cultural Bairro Santo António, o Grupo
28 Desportivo Recreativo André de Resende e o Clube de Ténis de Évora que, segundo os
29 testemunhos recolhidos, subsistia uma preocupação comum: a falta de recebimento da
30 segunda tranche relativa ao ano de 2024 e considerou esta situação preocupante, uma vez
31 que os clubes se viam obrigados a retirar verbas destinadas às despesas diárias da sua
32 atividade para suprir a ausência do apoio que vinha sendo esperado desde o ano anterior.
33 Destacou, ainda, um caso particular, que embora todos fossem naturalmente relevantes,
34 apresentava uma especificidade: a possibilidade de Évora receber um torneio
35 internacional de ténis feminino, que se tratava de um marco histórico para o desporto na
36 cidade, com um prémio de 30 mil euros, o que considerou significativo para os padrões
37 locais e referiu que o torneio estava inicialmente previsto para o final de maio, tendo sido
38 adiado para setembro por diversas razões. Considerou, assim, fundamental que a Câmara
39 Municipal apoiasse o Clube e, em particular, a organização deste torneio, questionando o
40 Senhor Presidente da Câmara se a autarquia estaria disponível para apoiar, além do
41 contrato-programa do ano anterior, a organização deste evento, inclusive considerando a
42 possibilidade de apoio nos anos seguintes.

43 Sobre o antigo Lar dos Pinheiros, perguntou sobre o ponto de situação, sublinhando a
44 importância de se avançar, dado que já existia uma intenção quanto ao futuro da
45 infraestrutura.

46 Abordou a questão dos transportes porque, em resposta a necessidades identificadas, a
47 Câmara Municipal de Évora avançou com a implementação de soluções para suprir
48 lacunas criadas pela eliminação de algumas carreiras de autocarro, e segundo o que fora
49 discutido em reunião recente, a adesão a este novo serviço ainda era reduzida, contudo,
50 destacou que os utilizadores do serviço já possuíam passe social e, portanto, o custo
51 adicional representava um encargo financeiro significativo para essas pessoas e respetivas

1 famílias. Entendeu que, num cenário de aumento da adesão, existiria margem financeira
2 para a Câmara incluir este serviço no âmbito do passe social e alertou para o facto de que,
3 muitas vezes, os cidadãos utilizavam táxi para se deslocarem até ao Centro Histórico e, a
4 partir daí, necessitavam de utilizar a rede de autocarros, acumulando, assim, custos com
5 o transporte. Deixou, por isso, um apelo ao senhor Presidente para que considerasse esta
6 integração.

7 Relativamente à limpeza do espaço público, assinalou que se vivia uma época do ano
8 mais exigente nesse domínio, tendo-se registado um aumento substancial de ocorrências,
9 quer em termos de limpeza, quer no que respeita à degradação das vias e à presença de
10 viaturas abandonadas que, nos dois meses anteriores, haviam sido reportadas 108
11 ocorrências, das quais apenas 17 estavam concluídas pela Câmara Municipal, o que
12 considerou preocupante, atendendo ao grau de execução verificado.

13 Por fim, mencionou uma reunião realizada recentemente, onde partilhou preocupações já
14 anteriormente manifestadas, e questionou se existia alguma informação quanto aos
15 contratos interadministrativos, considerando importante avançar com a respetiva
16 assinatura.

17

18 Relativamente à primeira questão colocada, **o Presidente da Câmara** referiu que
19 provavelmente não tinha compreendido a situação do talude e que iria averiguar o estado
20 em que se encontrava, uma vez que, de facto, não tinha percebido essa situação
21 anteriormente.

22 Quanto à questão das arcadas, indicou que estavam à procura de um empreiteiro que
23 pudesse resolver o assunto, estando tudo preparado para avançar.

24 No que respeita à obra do Rossio, informou que foi destinada a zona junto à muralha, a
25 seguir ao parque infantil, para o estacionamento de autocarros, com o objetivo de resolver
26 o problema da sua paragem. Reconheceu que o cumprimento dessa medida ainda era
27 difícil, pois continuavam a parar muitos veículos ligeiros nesse local. Sublinhou que, caso
28 o sinal não estivesse colocado, deveria estar, uma vez que já existia indicação para o
29 parque de autocarros. Comprometeu-se a verificar a situação, considerando que não fazia
30 sentido que os autocarros entrassem no Centro Histórico, sendo essa uma medida a
31 manter.

32 Relativamente ao estacionamento atrás do Teatro Garcia de Resende, afirmou que sempre
33 esteve prevista a cobrança, que já existia mesmo quando o espaço era em terra batida, não
34 tendo havido, por isso, qualquer alteração. Acrescentou que não lhe parecia existir
35 qualquer questão relativamente a isso, mas que iria verificar se, na candidatura, constava
36 alguma menção a esse facto, dado que já tinham passado alguns anos, pelo que garantiu
37 ter tomado nota.

38 Relativamente à Rua da Corredora, foram identificados mais três ou quatro casos
39 semelhantes a esta situação.

40 Quanto à questão da Infraestruturas de Portugal (IP) na Azaruja, foi solicitada uma
41 reunião à entidade, a qual se realizou por diversas razões, nomeadamente devido aos
42 acessos ao novo hospital e a um conjunto de exigências da IP, relativamente à rotunda a
43 construir na Estrada Nacional 114. Estiveram presentes o senhor Presidente da IP e o
44 senhor Presidente do Instituto da Mobilidade. Nessa ocasião, foram colocadas várias
45 questões semelhantes, tendo a IP ficado de apresentar uma nova proposta, uma vez que a
46 inicialmente apresentada não foi considerada aceitável. Aparentemente, essa nova
47 proposta já teria sido enviada e encontrava-se em análise. O acompanhamento deste
48 processo estava a cargo do senhor Vereador Alexandre Varela, que seria posteriormente
49 contactado para obtenção de informação mais concreta.

50 No que respeita à interdição da barragem do Monte Novo, em São Miguel, a
51 responsabilidade da obra cabia à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que informou

1 estar a aguardar a receção de um conjunto de peças para dar início à intervenção, sendo
2 que a barragem teria de estar mais descarregada para que a intervenção pudesse ser
3 realizada em segurança, motivo pelo qual a interdição foi mantida.

4 Esclareceu que o projeto da extensão de saúde se encontrava concluído, tendo sido
5 solicitado um acréscimo ao mesmo, relacionado com os sistemas de ar condicionado.
6 Apesar de parecer um excesso, este seria submetido à próxima reunião de Câmara para
7 posterior lançamento do concurso.

8 Relativamente à situação junto à Ecopista, foi reiterado que a questão seria resolvida,
9 tendo sido mencionado, ainda que de forma não confirmada, que aquela área poderia não
10 pertencer ao Concelho. No entanto, independentemente dessa questão administrativa, por
11 se tratar de um espaço que serve a população local, a responsabilidade pela resolução do
12 problema foi assumida.

13 A obra de São Manços já deveria ter sido iniciada. Todos os trâmites de contratação
14 pública estavam concluídos, e a responsabilidade pela sua execução cabia ao empreiteiro.
15 O prazo estava definido, mas não foi possível confirmar se estava a ser cumprido.

16 Quanto à rede viária, afirmou que seriam realizadas intervenções dentro das
17 possibilidades existentes.

18 Relativamente ao pagamento do projeto, anteriormente mencionado, destacou que estava
19 a ser resolvido para que a situação ficasse regularizada.

20 No que diz respeito ao atraso no pagamento aos clubes, encontrava-se em falta a segunda
21 tranche, que se esperava liquidar em breve.

22 Sobre o Torneio Internacional de Ténis, foi realizada uma reunião com a Federação
23 Portuguesa de Ténis, na qual foi colocada a questão do apoio financeiro. No entanto, foi
24 solicitado um montante que não se considerou possível suportar, principalmente por não
25 haver condições para garantir um compromisso financeiro contínuo nos anos seguintes.
26 Foi comunicado que seria prestado todo o apoio logístico possível, mas sem compromisso
27 financeiro.

28 Relativamente ao Lar dos Pinheiros, o plano de saúde e segurança, que se encontrava em
29 falta, foi, entretanto, elaborado pelo empreiteiro. Assim, a expectativa era de que a obra se
30 iniciasse em breve.

31 Sobre o transporte a pedido, foi referido que o Município suportava uma parte desse
32 serviço. Quanto ao passe social e outras questões associadas, seria necessário verificar
33 mais detalhes.

34 Relativamente aos contratos, informou que o senhor Vereador Alexandre Varela não pôde
35 estar presente por motivos pessoais. No entanto, no dia seguinte seria averiguada a
36 situação em causa.

37

38 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que o ponto 4. Prestação de Contas
39 2024 e o ponto 5. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025
40 | Integração do Saldo de Gerência eram retirados a pedido do senhor Presidente da Câmara.

41

42 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 6.

43

44 **6.** Proposta de constituição de Júri para recrutamento de dirigente de cargo
45 de direção intermédia de 3º grau | Coordenador da Unidade de Higiene e
46 Limpeza Pública.

47

48 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

49

50 **O Presidente da Câmara** informou da necessidade de lançar o referido concurso público
51 e a proposta apresentada dizia respeito à constituição do júri para integrar esse concurso.

1
2 **Deliberação da constituição de Júri para recrutamento de dirigente de cargo de**
3 **direção intermédia de 3º grau | Coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza**
4 **Pública.**

5 **Aprovado por maioria**, com 24 votos a favor (6 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do
6 MICAZA, 3 do MCE, 11 do PS e 1 do CHEGA) e 5 abstenções da Coligação Mudar com
7 Confiança, verificando-se 29 presenças.

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 7.

10
11 7. Relatório de Contas de 2024 da Habévora, EM (Para conhecimento).

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

14
15 **O Presidente da Câmara** referiu que este ponto constava para conhecimento, tendo o
16 relatório sido previamente distribuído, com o objetivo de facilitar a sua análise e não
17 ocupar demasiado tempo durante a sessão. Indicou, de forma sucinta que, do ponto de
18 vista das contas, existia uma preocupação relacionada com a possibilidade de a empresa
19 vir a apresentar prejuízos.

20 Explicou que, como é do conhecimento geral, as empresas de carácter social estão sujeitas
21 à mesma legislação que as restantes empresas, o que não deveria acontecer. Nesse sentido,
22 a legislação determina que, em caso de prejuízos consecutivos durante dois ou três anos,
23 pode ser desencadeado o processo de encerramento da empresa. Contudo, assegurou que
24 essa situação não se verificava e encontrava-se devidamente salvaguardada no que
25 respeita às contas.

26 Relativamente às restantes situações associadas ao objeto da empresa, informou que se
27 encontravam em curso várias intervenções. Salientou que, no final do ano, já havia
28 prestado essa informação, salvo erro, numa assembleia anterior, referindo que existiam
29 cerca de 40 habitações vagas. Estas encontravam-se em processo de reabilitação por se
30 encontrarem degradadas, ou aguardavam o início de obras com o mesmo propósito.
31 Sublinhou que a não atribuição imediata dessas habitações se devia precisamente à
32 necessidade dessas intervenções. Algumas obras eram de pequena dimensão, outras de
33 maior envergadura, mas existia a expectativa de que, num curto prazo, nos meses
34 seguintes, as habitações pudessem ser disponibilizadas.

35
36 **A deputada Paula Pita** começou por referir ao senhor Presidente que, na página 21 do
37 relatório de contas, existia um erro. Indicava-se que, em 2024, foram adjudicados cerca
38 de 37,140 euros, e em 2023, 34,475 euros. Contudo, o texto afirmava que houve uma
39 redução de cerca de 2700 euros, quando, na realidade, ocorreu um aumento nas
40 adjudicações de obras.

41 Acrescentou que, não fosse a hora avançada, teria várias observações a fazer, dado que
42 leu atentamente o relatório, ainda assim, optou por destacar apenas uma ou duas questões
43 que considerou preocupantes.

44 Por um lado, referiu que a Habévora considerou ter cumprido, na generalidade, os
45 objetivos propostos para o ano de 2024. No entanto, após a leitura dos mesmos, concluiu
46 que apenas o objetivo relacionado com as obras foi efetivamente cumprido, tendo os
47 restantes ficado por concretizar.

48 Relativamente ao resultado líquido apurado, indicou ter realizado as contas e referiu que
49 o valor ascendeu a 9.523,37 euros, resultantes das receitas, após o pagamento de todos os
50 custos, despesas e impostos, o que indicava que a tesouraria registou um período positivo.

1 Contudo, alertou para a perspetiva de uma inversão desta situação a curto prazo. A
2 assunção de encargos financeiros decorrentes dos empréstimos, conjugada com a
3 limitação da capacidade de incremento de rendimentos, deverá conduzir a resultados
4 económicos e financeiros negativos.

5 Reconheceu o papel social inerente à missão da Habévora, direcionada para a
6 especificidade do seu público-alvo, compreendendo-se que a maximização do lucro não
7 constitui o objetivo primordial da entidade. Todavia, considerou imperativo assegurar a
8 sustentabilidade financeira da organização. Referiu que, caso o resultado líquido se
9 mantivesse neste patamar a longo prazo, o mesmo se revelaria potencialmente
10 insuficiente para fazer face às diversas necessidades operacionais e para uma gestão
11 eficaz do parque habitacional de Évora.

12
13 **O Deputado Francisco Brito** sublinhou a necessidade de investimento na reabilitação
14 do património edificado da Habévora. Referiu que a habitação constituía um problema
15 grave e tendencialmente crónico no país. Recordou que, desde a comissão instaladora da
16 Câmara Municipal, em 1976, tinham sido produzidos textos sobre a habitação, cuja
17 leitura, abstraindo da data, descrevia uma realidade semelhante à atual, no que dizia
18 respeito à procura, ao acesso e à disponibilização de habitação.

19 Acrescentou que, embora as condições das habitações e as características socioeconómicas
20 das populações fossem distintas, a carência habitacional persistia, tal como há 50 anos.
21 Destacou o papel relevante da Habévora no combate a este problema, permitindo o acesso
22 à habitação a pessoas com grandes carências e dificuldades em consegui-la pelos meios
23 convencionais.

24 Assinalou que, ao observar o património da Habévora, se verificava que este, muitas
25 vezes, não oferecia condições mínimas de habitabilidade, sendo imperioso atuar nesse
26 sentido. Informou que a Habévora dispunha de cerca de trinta mil euros de investimento
27 em obras, valor manifestamente insuficiente, sendo necessário um investimento
28 significativamente superior, bem como a concretização no terreno do Plano Local de
29 Habitação.

30 Lembrou que muitos milhões tinham sido anunciados pelo Governo anterior, mas não
31 foram ainda cumpridos. Indicou que o Plano Local de Habitação 2020-2026 se encontrava
32 próximo do seu termo, pelo menos a nível temporal, mas que os objetivos permaneciam
33 por cumprir. Concluiu, por isso, reiterando que era essencial encarar a Habévora como
34 uma prioridade e dotá-la das condições necessárias.

35
36 **O Presidente da Câmara** referiu, de forma breve, que não se deveria confundir o
37 resultado líquido do exercício com a tesouraria, por serem conceitos distintos. Considerou
38 mesmo que essa confusão poderia ser enganosa.

39 Destacou que era excecional uma empresa de cariz social apresentar lucro, uma vez que,
40 como era perceptível, as receitas se encontravam muito abaixo dos custos suportados.
41 Sublinhou que a tendência para este tipo de empresas era registar prejuízo, o qual deveria
42 ser suportado, naturalmente, pela Câmara Municipal ou por fundos diversos. Esse
43 diferencial, frisou, teria obrigatoriamente de ser coberto por alguém, caso contrário não
44 seria possível garantir rendas sociais. Por este motivo, considerou esse resultado positivo.
45 Acrescentou que o aumento dos custos se devia, sobretudo, à questão das amortizações,
46 sendo este aumento justificado por uma boa causa: o investimento realizado. Indicou que
47 alguns desses investimentos não estavam refletidos, de forma direta, nas contas
48 apresentadas. Aproveitou, também, para responder a questões colocadas pelo senhor
49 Presidente da Junta, mencionando que a Habévora havia recuperado habitações nas
50 Corunheiras que se encontravam degradadas e com infiltrações de água. Informou, ainda,

1 que estavam a ser recuperadas 12 casas na Malagueira, anteriormente entaipadas, bem
2 como outros fogos individuais que, tornando-se vagos, iam sendo alvo de reabilitação.
3 No momento da intervenção, comunicou que se encontravam em fase de arranque as
4 obras de recuperação de 64 casas no Bairro das Corunheiras, no âmbito do Plano Local
5 de Habitação. Assinalou que estas empresas, na sua perspetiva, deveriam ter um
6 enquadramento contabilístico diferente na contabilidade nacional, uma vez que eram
7 colocadas em pé de igualdade com empresas cujo objetivo era o lucro, o que não
8 correspondia à sua natureza. Defendeu, por isso, a necessidade de encontrar outras
9 soluções a nível nacional.

10 Referiu compreender as observações efetuadas, relativamente à carência habitacional
11 registada há 50 anos, altura em que Portugal apresentava um défice de cerca de 800 mil
12 fogos. Reconheceu o esforço que foi realizado nas décadas seguintes, o qual permitiu
13 suprir essa carência, mas alertou que a necessidade de habitação voltara, entretanto, a
14 verificar-se. Observou ainda que, atualmente, existiam em Portugal mais 800 mil fogos
15 do que os necessários para habitação, embora reconhecesse que essa era uma discussão
16 distinta.

17 Relativamente ao património, indicou que estavam a ser realizados os investimentos
18 previstos e que tudo o que havia sido aprovado no âmbito do Plano Local de Habitação
19 estava a ser cumprido. No entanto, alertou que, dos 53 milhões de euros candidatados,
20 apenas 10 milhões tinham sido aprovados até à data. Esses 10 milhões encontravam-se,
21 segundo indicou, já executados, em curso, ou prestes a iniciar. Afirmou também que,
22 neste montante, se incluíam cerca de 200 habitações de particulares, não sendo, portanto,
23 exclusivamente da responsabilidade da Habévora.

24 Reiterou que todos os projetos aprovados estavam em curso e assinalou, ainda, que existia
25 um problema identificado, o qual estava a ser acompanhado pela Secretária de Estado da
26 Habitação, uma vez que o PRR não conseguia sustentar financeiramente todos os projetos
27 inicialmente previstos, nomeadamente os 26.000 fogos anunciados. Estava, por isso, a ser
28 estudada uma via alternativa de financiamento, para garantir a execução desses projetos
29 numa fase posterior.

30 Por fim, deixou a nota de que a Habévora dispunha de 900 fogos. Considerando a crise
31 habitacional vivida, realçou que a existência destes 900 fogos, na sua maioria sociais e
32 localizados na cidade de Évora, representava uma resposta relevante. Sublinhou que a
33 percentagem de habitação pública em Évora se situava nos 4,9%, acima da média
34 nacional, que rondava os 2%, o que representava uma boa resposta, ainda que claramente
35 insuficiente.

36
37 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início
38 ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido.

39
40 Verificando não haver pedidos, por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
41 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

42 43 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
46 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

47
48 *“Aos 29 dias do mês de abril de 2025, pelas 21 horas no Palácio de Dom Manuel, reuniu*
49 *em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Évora tendo deliberado o seguinte: “Foi*
50 *aprovado por maioria a proposta de constituição de júri para recrutamento de dirigente*

1 *de cargo de direção intermédia de terceiro grau / Coordenador da unidade de higiene e*
2 *limpeza pública.”*

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta.

5
6 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
7 as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
8 nº 75/2013, de 12 de setembro.

9
10 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
11 terminada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual para constar se
12 elaborou a presente Ata que os membros da mesa subscrevem e assinam.

13
14
15 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

16
17
18

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

19
20
21
22
23
24
25 **O 1º SECRETÁRIO**

A 2ª SECRETÁRIA

26
27
28

Ananias Quintano

Maria da Nazaré Lança